



C0049333A

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.494-B, DE 2013 (Do Sr. Raul Lima)

Cria Área de Livre Comércio no Município de Pacaraima, no Estado de Roraima; tendo parecer: da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, pela aprovação (relator: DEP. PAULO CESAR QUARTIERO); e da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação (relator: DEP. HENRIQUE OLIVEIRA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA;

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I – Projeto inicial

II – Na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

III – Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada uma Área de Livre Comércio – ALC no município de Pacaraima, Estado de Roraima.

Parágrafo Único – O regime fiscal especial instituído por esta Lei, com a finalidade de promover o desenvolvimento da região, aplica-se, exclusivamente, à área de livre comércio a que se refere o *caput* deste artigo.

Art. 2º Considera-se integrante da área de livre comércio a superfície territorial do respectivo município.

Art. 3º As mercadorias estrangeira ou nacionais enviadas à área de livre comércio serão, obrigatoriamente, destinadas às empresas autorizadas a operar nesta área.

Art. 4º A entrada de mercadorias estrangeiras na área de livre comércio far-se-á com a suspensão do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, que será convertida em isenção quando as mercadorias forem destinadas à:

I – consumo e vendas internas na área de livre comércio de Pacaraíma;

II – beneficiamento, em seu território, de pescado, couro, leite e matérias primas de origem agrícola ou florestal;

III – agropecuária e piscicultura;

IV – instalação e operação de serviços de turismo ou de qualquer natureza;

V – estocagem para comercialização no mercado externo;

VI – industrialização de produtos em seus territórios.

§ 1º A suspensão de impostos será também convertida em isenção nos casos de mercadorias que deixarem a área de livre comércio como:

a) bagagem acompanhada de viajantes, observados os limites fixados pelo Poder Executivo, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

b) Remessas postais para o restante do País, nas condições fixadas no Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, modificado pela Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991.

§ 2º As mercadorias estrangeiras, que saírem da área de livre comércio para o restante do País, estarão sujeitas à tributação no momento de sua internação, exceto nos casos previstos no § 1º deste artigo.

Art. 5º A saída de mercadorias estrangeiras da área de livre comércio para o restante do território nacional é considerada, para efeitos fiscais e administrativos, como importação normal.

Art. 6º Os produtos nacionais ou nacionalizados, que entrarem na área de livre comércio, estarão isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando destinados às finalidades mencionadas no *caput* do art. 4º.

Parágrafo Único – Ficam asseguradas a manutenção e a utilização dos créditos do Impostos sobre Produtos Industrializados relativos às matérias primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos produtos entrados na área de livre comércio.

Art. 7º Estão excluídos dos benefícios fiscais de que tratam os artigos 4º e 6º os produtos abaixo mencionados, compreendidos nos capítulos e/ou nas posições indicadas na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), aprovada pela Resolução Camex nº 43, de 22 de dezembro de 2006:

- a) armas e munições: capítulo 93;
- b) veículos de passageiros: posição 8703 do capítulo 87, exceto ambulâncias, carros funerários, carros celulares e jipes;
- c) bebidas alcólicas: posições 2203 a 2206 e 2208 do capítulo 22;
- d) produtos de perfumaria e de toucador, preparados e preparações cosméticas: posições 3303 a 3307 do capítulo 33; e
- e) fumo e seus derivados: capítulo 24.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a aplicação dos regimes aduaneiros especiais para as mercadorias estrangeiras destinadas à área de livre comércio bem como para as mercadorias dela procedentes.

Art. 9º. O Banco Central do Brasil normatizará os procedimentos cambiais aplicáveis às operações da área de livre comércio, visando favorecer o seu comércio exterior.

Art. 10. O limite global para as importações da área de livre comércio será estabelecido anualmente pelo Poder Executivo, observados os critérios que julgar pertinentes, no ato em que o fizer para as demais áreas de livre comércio já existentes.

Art. 11. A área de livre comércio de que trata esta Lei será administrada por um Conselho de Administração, que deverá promover e coordenar sua implantação, adotando todas as medidas necessárias.

§1º O Conselho de Administração será composto por:

- a) 2 representantes do Governo Federal, sendo um especialista em controle e vigilância aduaneira;
- b) 1 representante do Governo Estadual; e
- c) 1 representante do Município.

§ 2º Até que se complete o processo de implantação da ALC, respeitado o limite máximo de dois anos, a presidência do Conselho será exercida por um representante do Governo Federal e, após este prazo, pelo representante do Governo Estadual.

Art. 12. A Secretaria da Receita Federal do Brasil exercerá a vigilância e a repressão ao contrabando e ao descaminho na área de livre comércio, sem prejuízo da competência do Departamento de Polícia Federal.

Parágrafo Único – O Poder Executivo deverá assegurar os recursos materiais e humanos necessários aos serviços de fiscalização e controle aduaneiro da área de livre comércio.

Art. 13. As isenções e benefícios instituídos por esta Lei serão mantidos pelo prazo de vinte e cinco anos.

Art. 14. O Poder Executivo, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 5º e no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente desta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto da lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 14.

JUSTIFICAÇÃO

O estabelecimento de áreas de livre comércio – ALC é um dos mais importantes instrumentos de promoção do desenvolvimento econômico e social de regiões menos prósperas e distantes dos grandes centros. O regime tributário e cambial específico a elas aplicado estimula a instalação de empresas e a expansão dos negócios, contribuindo, assim, para a redução das desigualdades regionais.

Nesse sentido, em 1991, foi criada, pela Lei nº 8.256, as áreas de livre comércio nos municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima. Essas áreas dinamizaram a economia da região, especialmente por meio do fortalecimento do comércio, gerando empregos e renda para sua população. Sendo assim, tanto do ponto de vista econômico quanto social a ALC de Paracaima trouxe novo alento à população, ajudando a reduzir não apenas as desigualdades regionais como as desigualdades entre estados da região Norte e entre diferentes municípios roraimenses.

A esse respeito, convém mencionar alguns dados que elucidam as grandes desigualdades sociais em nosso País, tomando-se como referência o estado de Roraima. Enquanto no estado de São Paulo apenas 2,8% de sua população é extremamente pobre e 10,2% é considerada pobre, segundo dados de 2009 e metodologia desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, no estado de Roraima esses números são muitas vezes superiores: 7,9% e 26,3%, respectivamente.

Não obstante a relevância sócio-econômica dessa área de livre comércio para a região, em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.732, que alterou a localidade de implantação da referida área, substituindo o município de Paracaima por Boa Vista, capital do Estado. Essa decisão provocou um impacto nefasto sobre a economia do município, aumentando o desemprego e, assim, ampliando as desigualdades intermunicipais.

Os dados, mais uma vez, esclarecem a questão. O Índice de Desenvolvimento da Firjan - IFDM, de 2009, revela que, ao passo que o índice de

desenvolvimento em Paracaima se situava entre os mais baixos do país (0,4144), o índice de Boa Vista (0,7622) estava um pouco acima da média nacional (0,7603). Cabe destacar que o mais elevado IFDM é de 0,8796, correspondente ao estado de São Paulo. Portanto, observa-se que, para a redução das desigualdades sociais em nosso país, há que se dar especial atenção não apenas para as desigualdades regionais, mas também às iniquidades entre os municípios brasileiros.

O presente projeto de lei visa a reestabelecer a antiga configuração da aludida área de livre comércio, preenchendo, assim, o duplo objetivo de dinamizar a economia de Paracaima e reduzir a enorme dívida social para com as localidades menos favorecidas da Nação.

Pelos motivos expostos, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 2013.

Deputado RAUL LIMA
PSD/RR

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

.....
TÍTULO VI
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO
.....

CAPÍTULO II
DAS FINANÇAS PÚBLICAS
.....

Seção II
Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1º Caberá a uma comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, criadas de acordo com o art. 58.

§ 2º As emendas serão apresentadas na comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e o Distrito Federal; ou

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

§ 7º Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta Seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

DECRETO-LEI Nº 1.804, DE 3 DE SETEMBRO DE 1980

Dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o regime de tributação simplificada para a cobrança do imposto de importação incidente sobre bens contidos em remessas postais internacionais, observado o disposto no artigo 2º deste Decreto-lei.

§ 1º Os bens compreendidos no regime previsto neste artigo ficam isentos do imposto sobre produtos industrializados.

§ 2º A tributação simplificada poderá efetuar-se pela classificação genérica dos bens em um ou mais grupos, aplicando-se alíquotas constantes ou progressivas em função do valor das remessas, não superiores a 400% (quatrocentos por cento).

§ 3º [Revogado pela Lei nº 9.001, de 16/3/1995](#)

§ 4º Poderão ser estabelecidos requisitos e condições para aplicação do disposto neste artigo.

Art. 2º O Ministério da Fazenda, relativamente ao regime de que trata o art. 1º deste Decreto-Lei, estabelecerá a classificação genérica e fixará as alíquotas especiais a que se refere o § 2º do artigo 1º, bem como poderá:

I - dispor sobre normas, métodos e padrões específicos de valoração aduaneira dos bens contidos em remessas postais internacionais;

II - dispor sobre a isenção do imposto de importação dos bens contidos em remessas de valor até cem dólares norte-americanos, ou o equivalente em outras moedas, quando destinados a pessoas físicas. [Inciso com redação dada pela Lei nº 8.383, de 30/12/1991](#)

Parágrafo Único. O Ministério da Fazenda poderá, também, estender a aplicação do regime às encomendas aéreas internacionais transportadas com a emissão de conhecimento aéreo.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO II DO PLANEJAMENTO

Seção III Da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

§ 7º (VETADO)

Art. 6º (VETADO)

CAPÍTULO IV DA DESPESA PÚBLICA

Seção I Da Geração da Despesa

Subseção I Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Seção II Das Despesas com Pessoal

Subseção I Definições e Limites

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

LEI Nº 8.256, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1991

Cria áreas de livre comércio nos municípios de
Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima e

dá outras providências. [*\(Ementa com redação dada pela Lei nº 11.732, de 30/6/2008\)*](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São criadas, nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima, áreas de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, estabelecidas com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo norte daquele Estado e com o objetivo de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana. [*\(Artigo com redação dada pela Lei nº 11.732, de 30/6/2008\)*](#)

Art. 2º O Poder Executivo, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, fará demarcar suas áreas, coincidindo com suas superfícies territoriais, excluídas as reservas indígenas já demarcadas, onde funcionarão as Áreas de Livre Comércio de que trata esta Lei, incluindo locais próprios para entrepostamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

Parágrafo único. Consideram-se integrantes das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista - ALCBV e Bonfim - ALCB todas as suas superfícies territoriais, observadas as disposições dos tratados e convenções internacionais. [*\(Artigo com redação dada pela Lei nº 11.732, de 30/6/2008\)*](#)

LEI Nº 11.732, DE 30 DE JUNHO DE 2008

Altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A:

"Art. 6º-A As importações ou as aquisições no mercado interno de bens e serviços por empresa autorizada a operar em ZPE terão suspensão da exigência dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto de Importação;

II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;

III - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins;

IV - Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior - Cofins-Importação;

V - Contribuição para o PIS/Pasep;

VI - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e

VII - Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM.

§ 1º A pessoa jurídica autorizada a operar em ZPE responde pelos impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa na condição de:

I - contribuinte, nas operações de importação, em relação ao Imposto de Importação, ao IPI, à Contribuição para o PIS/Pasep- Importação, à Cofins-Importação e ao AFRMM; e

II - responsável, nas aquisições no mercado interno, em relação ao IPI, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.

§ 2º A suspensão de que trata o *caput* deste artigo, quando for relativa a máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, aplica-se a bens, novos ou usados, para incorporação ao ativo imobilizado da empresa autorizada a operar em ZPE.

§ 3º Na hipótese de importação de bens usados, a suspensão de que trata o *caput* deste artigo será aplicada quando se tratar de conjunto industrial e que seja elemento constitutivo da integralização do capital social da empresa.

§ 4º Na hipótese do § 2º deste artigo, a pessoa jurídica que não incorporar o bem ao ativo imobilizado ou revendê-lo antes da conversão em alíquota 0 (zero) ou em isenção, na forma dos §§ 7º e 8º deste artigo, fica obrigada a recolher os impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa acrescidos de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição no mercado interno ou de registro da declaração de importação correspondente.

§ 5º As matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, importados ou adquiridos no mercado interno por empresa autorizada a operar em ZPE com a suspensão de que trata o *caput* deste artigo deverão ser integralmente utilizados no processo produtivo do produto final.

§ 6º Nas notas fiscais relativas à venda para empresa autorizada a operar na forma do *caput* deste artigo deverá constar a expressão "Venda Efetuada com Regime de Suspensão", com a especificação do dispositivo legal correspondente.

§ 7º Na hipótese da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins- Importação e do IPI, relativos aos bens referidos no § 2º deste artigo, a suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota 0% (zero por cento) depois de cumprido o compromisso de que trata o *caput* do art. 18 desta Lei e decorrido o prazo de 2 (dois) anos da data de ocorrência do fato gerador.

§ 8º Na hipótese do Imposto de Importação e do AFRMM, a suspensão de que trata este artigo, se relativos:

I - aos bens referidos no § 2º deste artigo, converte-se em isenção depois de cumprido o compromisso de que trata o *caput* do art. 18 desta Lei e decorrido o prazo de 5 (cinco) anos da data de ocorrência do fato gerador; e

II - às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, resolve-se com a:

a) reexportação ou destruição das mercadorias, a expensas do interessado; ou

b) exportação das mercadorias no mesmo estado em que foram importadas ou do produto final no qual foram incorporadas.

§ 9º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do § 4º deste artigo ou do inciso II do § 3º do art. 18 desta Lei caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996."

Art. 2º Os arts. 2º, 3º, 4º, 8º, 9º, 12, 13, 15, 18, 22 e 23 da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação e a mesma Lei fica acrescida do art. 18-A:

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006

Revogada pela Resolução nº 94, de 8 de dezembro de 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no exercício da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto no 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no disposto nos incisos XIV e XIX do art. 2º do mesmo diploma legal, e tendo em vista as Decisões nos 67/00, 68/00, 05/01, 06/01, 21/02, 31/03, 33/03, 34/03, 38/05, 39/05, 40/05, 13/06 e 27/06, do Conselho do Mercado Comum – CMC e as Resoluções nos 42/06, 68/06 e 70/06, do Grupo Mercado Comum - GMC, do MERCOSUL; as emendas à Nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias; e o art. 4º do Decreto no 5.835, de 06 de julho de 2006,

RESOLVE, ad referendum do Conselho:

Art. 1º A Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e as alíquotas do Imposto de Importação que compõem a Tarifa Externa Comum - TEC passam a vigorar na forma do Anexo I a esta Resolução.

Art. 2º A Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum, com as respectivas alíquotas do Imposto de Importação, passa a vigorar conforme indicado no Anexo II a esta

Resolução, cujos códigos estão identificados com o sinal gráfico “#” ao lado de suas alíquotas, no Anexo I desta Resolução.

.....

CAPÍTULO 22

Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagres

Notas.

1.- O presente Capítulo não compreende:

- a) os produtos deste Capítulo (exceto os da posição 22.09) preparados para fins culinários, tornados assim impróprios para consumo como bebida (posição 21.03, geralmente);
- b) a água do mar (posição 25.01);
- c) as águas destiladas, de condutibilidade ou de igual grau de pureza (posição 28.53);
- d) as soluções aquosas contendo, em peso, mais de 10% de ácido acético (posição 29.15);
- e) os medicamentos das posições 30.03 ou 30.04;
- f) os produtos de perfumaria ou de toucador (Capítulo 33).

2.- Na aceção do presente Capítulo e dos Capítulos 20 e 21, o teor alcoólico em volume determina-se à temperatura de 20°C.

3.- Na aceção da posição 22.02, consideram-se bebidas não alcoólicas as bebidas cujo teor alcoólico em volume não exceda 0,5% vol. As bebidas alcoólicas classificam-se, conforme o caso, nas posições 22.03 a 22.06 ou na posição 22.08.

Nota de Subposição.

1.- Na aceção da subposição 2204.10, consideram-se vinhos espumantes e vinhos espumosos os vinhos que apresentem, quando conservados à temperatura de 20°C em recipientes fechados, uma sobrepressão igual ou superior a 3 bares.

NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II (%)
22.01	Águas, incluídas as águas minerais, naturais ou artificiais, e as águas gaseificadas, não adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes nem aromatizadas; gelo e neve.	
2201.10.00	-Águas minerais e águas gaseificadas	20
2201.90.00	-Outros	20
22.02	Águas, incluídas as águas minerais e as águas gaseificadas, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes ou aromatizadas e	

	outras bebidas não alcoólicas, exceto sucos de frutas ou de produtos hortícolas, da posição 20.09.	
2202.10.00	-Águas, incluídas as águas minerais e as águas gaseificadas, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes ou aromatizadas	20
2202.90.00	-Outras	20
2203.00.00	Cervejas de malte.	20
22.04	Vinhos de uvas frescas, incluídos os vinhos enriquecidos com álcool; mostos de uvas, excluídos os da posição 20.09.	
2204.10	-Vinhos espumantes e vinhos espumosos	
2204.10.10	Tipo champanha ("champagne")	20
2204.10.90	Outros	20
2204.2	-Outros vinhos; mostos de uvas cuja fermentação tenha sido impedida ou interrompida por adição de álcool:	
2204.21.00	--Em recipientes de capacidade não superior a 2 litros	20#
2204.29.00	--Outros	20
2204.30.00	-Outros mostos de uvas	20
22.05	Vermutes e outros vinhos de uvas frescas aromatizados por plantas ou substâncias aromáticas.	
2205.10.00	-Em recipientes de capacidade não superior a 2 litros	20
2205.90.00	-Outros	20
2206.00	Outras bebidas fermentadas (sidra, perada, hidromel, por exemplo); misturas de bebidas fermentadas e misturas de bebidas fermentadas com bebidas não alcoólicas, não especificadas nem compreendidas em outras posições.	
2206.00.10	Sidra	20
2206.00.90	Outras	20
22.07	Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoólico em volume igual ou superior a 80% vol.; álcool etílico e aguardentes,	

	desnaturados, com qualquer teor alcoólico.	
2207.10.00	-Álcool etílico não desnatuado, com um teor alcoólico em volume igual ou superior a 80% vol..	20#
2207.20	-Álcool etílico e aguardentes, desnaturados, com qualquer teor alcoólico	
2207.20.10	Álcool etílico	20#
2207.20.20	Aguardente	20
22.08	Álcool etílico não desnatuado, com um teor alcoólico em volume inferior a 80% vol.; aguardentes, licores e outras bebidas espirituosas (alcoólicas).	
2208.20.00	-Aguardentes de vinho ou de bagaço de uvas	20
2208.30	-Uísques	
2208.30.10	Com um teor alcoólico, em volume, superior a 50% vol., em recipientes de capacidade superior ou igual a 50 litros	12
2208.30.20	Em embalagens de capacidade inferior ou igual a 2 litros	20
2208.30.90	Outros	20
2208.40.00	-Rum e outras aguardentes provenientes da destilação, após fermentação, de produtos da cana-de-açúcar	20
2208.50.00	-Gim e genebra	20
2208.60.00	- Vodca	20
2208.70.00	-Licores	20
2208.90.00	-Outros	20
2209.00.00	Vinagres e seus sucedâneos obtidos a partir do ácido acético, para usos alimentares.	20

CAPÍTULO 23

Resíduos e Desperdícios das Indústrias Alimentares; Alimentos Preparados para Animais

Nota.

1.- Incluem-se na posição 23.09 os produtos dos tipos utilizados para alimentação de animais, não especificados nem compreendidos em outras posições, obtidos pelo tratamento de matérias vegetais ou animais, de tal forma que perderam as características essenciais da matéria de origem, excluídos os desperdícios vegetais, resíduos e subprodutos vegetais resultantes desse tratamento.

Nota de Subposição.

1.- Na aceção da subposição 2306.41, a expressão sementes de nabo silvestre ou de colza com baixo teor de ácido erúcido refere-se às sementes definidas na Nota 1 de subposição do Capítulo 12.

NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II (%)
23.01	Farinhas, pós e " <i>pellets</i> ", de carnes, miudezas, peixes ou crustáceos, moluscos ou de outros invertebrados aquáticos, impróprios para alimentação humana; torresmos.	
2301.10	-Farinhas, pós e " <i>pellets</i> ", de carnes ou de miudezas; torresmos	
2301.10.10	De carne	6
2301.10.90	Outros	6
2301.20	-Farinhas, pós e " <i>pellets</i> ", de peixes ou crustáceos, moluscos ou de outros invertebrados aquáticos	
2301.20.10	De peixes	6
2301.20.90	Outros	6
23.02	Sêmeas, farelos e outros resíduos, mesmo em " <i>pellets</i> ", da peneiração, moagem ou de outros tratamentos de cereais ou de leguminosas.	
2302.10.00	-De milho	6
2302.30	-De trigo	
2302.30.10	Farelo	6
2302.30.90	Outros	6
2302.40.00	-De outros cereais	6
2302.50.00	-De leguminosas	6

23.03	Resíduos da fabricação do amido e resíduos semelhantes, "polpas" de beterraba, bagaços de cana-de-açúcar e outros desperdícios da indústria do açúcar, borras e desperdícios da indústria da cerveja e das destilarias, mesmo em "pellets".	
2303.10.00	-Resíduos da fabricação do amido e resíduos semelhantes	6
2303.20.00	-"Polpas" de beterraba, bagaços de cana-de-açúcar e outros desperdícios da indústria do açúcar	6
2303.30.00	-Borras e desperdícios da indústria da cerveja e das destilarias	6
2304.00	Tortas e outros resíduos sólidos, mesmo triturados ou em "pellets", da extração do óleo de soja.	
2304.00.10	Farinhas e "pellets"	6
2304.00.90	Outros	6
2305.00.00	Tortas e outros resíduos sólidos, mesmo triturados ou em "pellets", da extração do óleo de amendoim.	6
23.06	Tortas e outros resíduos sólidos, mesmo triturados ou em "pellets", da extração de gorduras ou óleos vegetais, exceto os das posições 23.04 e 23.05.	
2306.10.00	-De sementes de algodão	6
2306.20.00	-De sementes de linho (linhaça)	6
2306.30	-De sementes de girassol	
2306.30.10	Tortas, farinhas e "pellets"	6
2306.30.90	Outros	6
2306.4	-De sementes de nabo silvestre ou de colza:	
2306.41.00	--Com baixo teor de ácido erúico	6
2306.49.00	--Outros	6
2306.50.00	-De coco ou de copra	6
2306.60.00	-De nozes ou de amêndoa de palma	6

2306.90	-Outros	
2306.90.10	De germe de milho	6
2306.90.90	Outros	6
2307.00.00	Borras de vinho; tártaro em bruto.	6
2308.00.00	Matérias vegetais e desperdícios vegetais, resíduos e subprodutos vegetais, mesmo em " <i>pellets</i> ", dos tipos utilizados na alimentação de animais, não especificados nem compreendidos em outras posições.	6
23.09	Preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais.	
2309.10.00	-Alimentos para cães ou gatos, acondicionados para venda a retalho	14
2309.90	-Outras	
2309.90.10	Preparações destinadas a fornecer ao animal a totalidade dos elementos nutritivos necessários para uma alimentação diária racional e equilibrada (alimentos compostos completos)	8
2309.90.20	Preparações à base de sal iodado, farinha de ossos, farinha de concha, cobre e cobalto	8
2309.90.30	Bolachas e biscoitos	14
2309.90.40	Preparações contendo Diclazuril	2
2309.90.90	Outras	8

CAPÍTULO 24
Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados

Nota.

1.- O presente Capítulo não compreende os cigarros medicamentosos (Capítulo 30).

NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II (%)
24.01	Tabaco não manufaturado; desperdícios de tabaco.	
2401.10	-Tabaco não destalado	
2401.10.10	Em folhas, sem secar nem fermentar	14

2401.10.20	Em folhas secas ou fermentadas tipo capeiro	14
2401.10.30	Em folhas secas em secador de ar quente (" <i>flue cured</i> "), do tipo Virgínia	14
2401.10.40	Em folhas secas, com um conteúdo de óleos voláteis superior a 0,2%, em peso, do tipo turco	10
2401.10.90	Outros	14
2401.20	-Tabaco total ou parcialmente destalado	
2401.20.10	Em folhas, sem secar nem fermentar	14
2401.20.20	Em folhas secas ou fermentadas tipo capeiro	14
2401.20.30	Em folhas secas em secador de ar quente (" <i>flue cured</i> "), do tipo Virgínia	14
2401.20.40	Em folhas secas (" <i>light air cured</i> "), do tipo Burley	14
2401.20.90	Outros	14
2401.30.00	-Desperdícios de tabaco	14
24.02	Charutos, cigarrilhas e cigarros, de tabaco ou dos seus sucedâneos.	
2402.10.00	-Charutos e cigarrilhas, contendo tabaco	20
2402.20.00	-Cigarros contendo tabaco	20
2402.90.00	-Outros	20
24.03	Outros produtos de tabaco e seus sucedâneos, manufacturados; tabaco "homogeneizado" ou "reconstituído"; extratos e molhos, de tabaco.	
2403.10.00	-Tabaco para fumar, mesmo contendo sucedâneos de tabaco em qualquer proporção	20
2403.9	-Outros:	
2403.91.00	--Tabaco "homogeneizado" ou "reconstituído"	14
2403.99	--Outros	

2403.99.10	Extratos e molhos	14
2403.99.90	Outros	18

SEÇÃO V
Produtos Minerais

CAPÍTULO 25
Sal; Enxofre; Terras e Pedras; Gesso, Cal e Cimento

.....

CAPÍTULO 33
Óleos Essenciais e Resinóides; Produtos de Perfumaria ou de Toucador Preparados e Preparações Cosméticas

Notas.

1.- O presente Capítulo não compreende:

- a) as oleorresinas naturais e os extratos vegetais das posições 13.01 ou 13.02;
- b) os sabões e outros produtos da posição 34.01;
- c) as essências de terebintina, de pinheiro ou provenientes da fabricação da pasta de papel ao sulfato e os outros produtos da posição 38.05.

2.- Para efeitos da posição 33.02, a expressão substâncias odoríferas abrange unicamente as substâncias da posição 33.01, os ingredientes odoríferos extraídos dessas substâncias e os produtos aromáticos obtidos por síntese.

3.- As posições 33.03 a 33.07 aplicam-se, entre outros, aos produtos, misturados ou não, próprios para serem utilizados como produtos daquelas posições e acondicionados para venda a retalho tendo em vista o seu emprego para aqueles usos, exceto águas destiladas aromáticas e soluções aquosas de óleos essenciais.

4.- Consideram-se produtos de perfumaria ou de toucador preparados e preparações cosméticas, na acepção da posição 33.07, entre outros, os seguintes produtos: saquinhos contendo partes de planta aromática; preparações odoríferas que atuem por combustão; papéis perfumados e papéis impregnados ou revestidos de cosméticos; soluções líquidas para lentes de contato ou para olhos artificiais; pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos, impregnados, revestidos ou recobertos de perfume ou de cosméticos; produtos de toucador preparados, para animais.

NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II (%)
33.01	Óleos essenciais (desterpenados ou não), incluídos os chamados "concretos" ou "absolutos"; resinóides; oleorresinas de extração; soluções concentradas de óleos essenciais em gorduras, em óleos fixos, em ceras ou em matérias análogas, obtidas por tratamento de flores através de substâncias gordas ou por maceração; subprodutos terpênicos residuais da desterpenação dos óleos essenciais; águas destiladas aromáticas e soluções aquosas de óleos essenciais.	
3301.1	-Óleos essenciais de cítricos:	
3301.12	--De laranja	
3301.12.10	De "petit grain"	14
3301.12.90	Outros	14
3301.13.00	--De limão	14
3301.19	--Outros	
3301.19.10	De lima	14
3301.19.90	Outros	14
3301.2	-Óleos essenciais, exceto de cítricos:	
3301.24.00	--De hortelã-pimenta (<i>Mentha piperita</i>)	14
3301.25	--De outras mentas	
3301.25.10	De menta japonesa (<i>Mentha arvensis</i>)	12
3301.25.20	De "mentha spearmint" (<i>Mentha viridis</i> L.)	2
3301.25.90	Outros	2
3301.29	--Outros	
3301.29.1	De citronela; de cedro; de pau-santo (<i>Bulnesia sarmientoi</i>); de "lemongrass"; de pau-rosa; de palma rosa; de coriandro; de cabreúva; de eucalipto	

3301.29.11	De citronela	14
3301.29.12	De cedro	2
3301.29.13	De pau-santo (<i>Bulnesia sarmientoi</i>)	14
3301.29.14	De "lemongrass"	14
3301.29.15	De pau-rosa	14
3301.29.16	De palma rosa	14
3301.29.17	De coriandro	14
3301.29.18	De cabreúva	14
3301.29.19	De eucalipto	12
3301.29.2	De alfazema ou lavanda; de vetiver	
3301.29.21	De alfazema ou lavanda	2
3301.29.22	De vetiver	14
3301.29.90	Outros	2
3301.30.00	-Resinóides	2
3301.90	-Outros	
3301.90.10	Soluções concentradas de óleos essenciais em gorduras, em óleos fixos, em ceras ou em matérias análogas, obtidas por tratamento de flores através de substâncias gordas ou por maceração	14
3301.90.20	Subprodutos terpênicos residuais da desterpenação dos óleos essenciais	14
3301.90.30	Águas destiladas aromáticas e soluções aquosas de óleos essenciais	14
3301.90.40	Oleorresinas de extração	8
33.02	Misturas de substâncias odoríferas e misturas (incluídas as soluções alcoólicas) à base de uma ou mais destas substâncias, dos tipos utilizados como matérias básicas para a indústria; outras preparações à base de substâncias odoríferas, dos tipos utilizados para a fabricação de bebidas.	

3302.10.00	-Dos tipos utilizados para as indústrias alimentares ou de bebidas	14
3302.90	-Outras	
3302.90.1	Para perfumaria	
3302.90.11	Vetiverol	14
3302.90.19	Outras	14
3302.90.90	Outras	14
3303.00	Perfumes e águas-de-colônia.	
3303.00.10	Perfumes (extratos)	18
3303.00.20	Águas-de-colônia	18
33.04	Produtos de beleza ou de maquilagem preparados e preparações para conservação ou cuidados da pele (exceto medicamentos), incluídas as preparações anti-solares e os bronzeadores; preparações para manicuros e pedicuros.	
3304.10.00	-Produtos de maquilagem para os lábios	18
3304.20	-Produtos de maquilagem para os olhos	
3304.20.10	Sombra, delineador, lápis para sobrancelhas e rímel	18
3304.20.90	Outros	18
3304.30.00	-Preparações para manicuros e pedicuros	18
3304.9	-Outros:	
3304.91.00	--Pós, incluídos os compactos	18
3304.99	--Outros	
3304.99.10	Cremes de beleza e cremes nutritivos; loções tônicas	18
3304.99.90	Outros	18
33.05	Preparações capilares.	

3305.10.00	-Xampus	18
3305.20.00	-Preparações para ondulação ou alisamento, permanentes, dos cabelos	18
3305.30.00	-Laquês para o cabelo	18
3305.90.00	-Outras	18
33.06	Preparações para higiene bucal ou dentária, incluídos os pós e cremes para facilitar a aderência de dentaduras; fios utilizados para limpar os espaços interdentais (fios dentais), em embalagens individuais para venda a retalho.	
3306.10.00	-Dentifrícios	18
3306.20.00	-Fios utilizados para limpar os espaços interdentais (fios dentais)	16
3306.90.00	-Outras	18
33.07	Preparações para barbear (antes, durante ou após), desodorantes corporais, preparações para banhos, depilatórios, outros produtos de perfumaria ou de toucador preparados e outras preparações cosméticas, não especificados nem compreendidos em outras posições; desodorantes de ambiente, preparados, mesmo não perfumados, com ou sem propriedades desinfetantes.	
3307.10.00	-Preparações para barbear (antes, durante ou após)	18
3307.20	-Desodorantes corporais e antiperspirantes	
3307.20.10	Líquidos	18
3307.20.90	Outros	18
3307.30.00	-Sais perfumados e outras preparações para banhos	18
3307.4	-Preparações para perfumar ou para desodorizar ambientes, incluídas as preparações odoríferas para cerimônias religiosas:	
3307.41.00	--Agarbate e outras preparações odoríferas que atuem por combustão	18
3307.49.00	--Outras	18
3307.90.00	-Outros	18

CAPÍTULO 34

Sabões, Agentes Orgânicos de Superfície, Preparações para Lavagem, Preparações Lubrificantes, Ceras Artificiais, Ceras Preparadas, Produtos de Conservação e Limpeza, Velas e Artigos Semelhantes, Massas ou Pastas para Modelar, "Ceras para Dentistas" e Composições para Dentistas à Base de Gesso

CAPÍTULO 87

Veículos Automóveis, Tratores, Ciclos e outros Veículos Terrestres, suas Partes e Acessórios

Notas.

1.- O presente Capítulo não compreende os veículos concebidos para circular unicamente sobre vias férreas.

2.- Consideram-se tratores, na acepção do presente Capítulo, os veículos motores essencialmente concebidos para puxar ou empurrar instrumentos, veículos ou cargas, mesmo que apresentem certos dispositivos acessórios que permitam o transporte de ferramentas, sementes, adubos, etc., relacionados com o seu uso principal.

Os instrumentos e órgãos de trabalho concebidos para equipar os tratores da posição 87.01, enquanto material intercambiável, seguem o seu regime próprio, mesmo apresentados com o trator, quer estejam ou não montados neste.

3.- Os chassis de veículos automóveis, quando providos de cabina, classificam-se nas posições 87.02 a 87.04 e não na posição 87.06.

4.- A posição 87.12 compreende todas as bicicletas para crianças. Os outros ciclos para crianças classificam-se na posição 95.03.

NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II (%)
87.01	Tratores (exceto os carros-tratores da posição 87.09).	
8701.10.00	-Motocultores	14BK
8701.20.00	-Tratores rodoviários para semi-reboques	35
8701.30.00	-Tratores de lagartas	14BK
8701.90	-Outros	
8701.90.10	Tratores especialmente concebidos para arrastar troncos ("log skidders")	0BK

8701.90.90	Outros	14BK
87.02	Veículos automóveis para transporte de dez pessoas ou mais, incluído o motorista.	
8702.10.00	-Com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel)	35
8702.90	-Outros	
8702.90.10	Trólebus	35
8702.90.90	Outros	35
87.03	Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para transporte de pessoas (exceto os da posição 87.02), incluídos os veículos de uso misto (" <i>station wagons</i> ") e os automóveis de corrida.	
8703.10.00	-Veículos especialmente concebidos para se deslocar sobre a neve; veículos especiais para transporte de pessoas nos campos de golfe e veículos semelhantes	35
8703.2	-Outros veículos com motor de pistão alternativo, de ignição por centelha:	
8703.21.00	--De cilindrada não superior a 1.000cm ³	35
8703.22	--De cilindrada superior a 1.000cm ³ , mas não superior a 1.500cm ³	
8703.22.10	Com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a seis, incluído o motorista	35
8703.22.90	Outros	35
8703.23	--De cilindrada superior a 1.500cm ³ , mas não superior a 3.000cm ³	
8703.23.10	Com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a seis, incluído o motorista	35
8703.23.90	Outros	35
8703.24	--De cilindrada superior a 3.000cm ³	
8703.24.10	Com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a seis, incluído o motorista	35

8703.24.90	Outros	35
8703.3	-Outros veículos, com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel):	
8703.31	--De cilindrada não superior a 1.500cm ³	
8703.31.10	Com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a seis, incluído o motorista	35
8703.31.90	Outros	35
8703.32	--De cilindrada superior a 1.500cm ³ mas não superior a 2.500cm ³	
8703.32.10	Com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a seis, incluído o motorista	35
8703.32.90	Outros	35
8703.33	--De cilindrada superior a 2.500cm ³	
8703.33.10	Com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a seis, incluído o motorista	35
8703.33.90	Outros	35
8703.90.00	-Outros	35
87.04	Veículos automóveis para transporte de mercadorias.	
8704.10	-"Dumpers" concebidos para serem utilizados fora de rodovias	
8704.10.10	Com capacidade de carga superior ou igual a 85 toneladas	0BK
8704.10.90	Outros	14BK
8704.2	-Outros, com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel):	
8704.21	--De peso em carga máxima não superior a 5 toneladas	
8704.21.10	Chassis com motor e cabina	35
8704.21.20	Com caixa basculante	35

8704.21.30	Frigoríficos ou isotérmicos	35
8704.21.90	Outros	35
8704.22	--De peso em carga máxima superior a 5 toneladas, mas não superior a 20 toneladas	
8704.22.10	Chassis com motor e cabina	35
8704.22.20	Com caixa basculante	35
8704.22.30	Frigoríficos ou isotérmicos	35
8704.22.90	Outros	35
8704.23	--De peso em carga máxima superior a 20 toneladas	
8704.23.10	Chassis com motor e cabina	35
8704.23.20	Com caixa basculante	35
8704.23.30	Frigoríficos ou isotérmicos	35
8704.23.90	Outros	35
8704.3	-Outros, com motor de pistão, de ignição por centelha:	
8704.31	--De peso em carga máxima não superior a 5 toneladas	
8704.31.10	Chassis com motor e cabina	35
8704.31.20	Com caixa basculante	35
8704.31.30	Frigoríficos ou isotérmicos	35
8704.31.90	Outros	35
8704.32	--De peso em carga máxima superior a 5 toneladas	
8704.32.10	Chassis com motor e cabina	35
8704.32.20	Com caixa basculante	35
8704.32.30	Frigoríficos ou isotérmicos	35

8704.32.90	Outros	35
8704.90.00	-Outros	35
87.05	Veículos automóveis para usos especiais (por exemplo, auto-socorros, caminhões-guindastes, veículos de combate a incêndio, caminhões-betoneiras, veículos para varrer, veículos para espalhar, veículos-oficinas, veículos radiológicos), exceto os concebidos principalmente para transporte de pessoas ou de mercadorias.	
8705.10	-Caminhões-guindastes	
8705.10.10	Com haste telescópica de altura máxima superior ou igual a 42m, capacidade máxima de elevação superior ou igual a 60 toneladas, segundo a Norma DIN 15019, Parte 2, e com 4 ou mais eixos de rodas direcionáveis	0BK
8705.10.90	Outros	35
8705.20.00	-Torres ("derricks") automóveis, para sondagem ou perfuração	35
8705.30.00	-Veículos de combate a incêndio	35
8705.40.00	-Caminhões-betoneiras	35
8705.90	-Outros	
8705.90.10	Caminhões para a determinação de parâmetros físicos característicos (perfilagem) de poços petrolíferos	2
8705.90.90	Outros	35
8706.00	Chassis com motor para os veículos automóveis das posições 87.01 a 87.05.	
8706.00.10	Dos veículos da posição 87.02	35
8706.00.20	Dos veículos das subposições 8701.10, 8701.30, 8701.90 ou 8704.10	14BK
8706.00.90	Outros	35
87.07	Carroçarias para os veículos automóveis das posições 87.01 a 87.05, incluídas as cabinas.	
8707.10.00	-Para os veículos da posição 87.03	35

8707.90	-Outras	
8707.90.10	Dos veículos das subposições 8701.10, 8701.30, 8701.90 ou 8704.10	14BK
8707.90.90	Outras	35
87.08	Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 87.01 a 87.05.	
8708.10.00	-Pára-choques e suas partes	18
8708.2	-Outras partes e acessórios de carroçarias (incluídas as de cabinas):	
8708.21.00	--Cintos de segurança	18
8708.29	--Outros	
8708.29.1	Dos veículos das subposições 8701.10, 8701.30, 8701.90 ou 8704.10	
8708.29.11	Pára-lamas	14BK
8708.29.12	Grades de radiadores	14BK
8708.29.13	Portas	14BK
8708.29.14	Painéis de instrumentos	14BK
8708.29.19	Outros	14BK
8708.29.9	Outros	
8708.29.91	Pára-lamas	18
8708.29.92	Grades de radiadores	18
8708.29.93	Portas	18
8708.29.94	Painéis de instrumentos	18
8708.29.95	Geradores de gás para acionar retratores de cintos de segurança	2
8708.29.99	Outros	18
8708.30	-Freios e servo-freios; suas partes	

8708.30.1	--Guarnições de freios montadas	
8708.30.11	Dos veículos das subposições 8701.10, 8701.30, 8701.90 ou 8704.10	14BK
8708.30.19	Outras	18
8708.30.90	Outros	18
8708.40	-Caixas de marchas e suas partes	
8708.40.1	Dos veículos das subposições 8701.10, 8701.30, 8701.90 ou 8704.10	
8708.40.11	Servo-assistidas, próprias para torques de entrada superiores ou iguais a 750Nm	0BK
8708.40.19	Outras	14BK
8708.40.90	Outras	18
8708.50	-Eixos de transmissão com diferencial, mesmo providos de outros órgãos de transmissão e eixos não motores; suas partes	
8708.50.1	Dos veículos das subposições 8701.10, 8701.30, 8701.90 ou 8704.10	
8708.50.11	Eixos com diferencial com capacidade de suportar cargas superiores ou iguais a 14.000kg, redutores planetários nos extremos e dispositivo de freio incorporado, do tipo dos utilizados em veículos da subposição 8704.10	0BK
8708.50.12	Eixos não motores	14BK
8708.50.19	Outros	14BK
8708.50.80	Outros	18
8708.50.9	Partes	
8708.50.91	De eixos não motores, dos veículos das subposições 8701.10, 8701.30, 8701.90 ou 8704.10	14BK
8708.50.99	Outras	18
8708.70	-Rodas, suas partes e acessórios	
8708.70.10	De eixos propulsores dos veículos das subposições 8701.10, 8701.30,	14BK

	8701.90 ou 8704.10	
8708.70.90	Outros	18
8708.80.00	-Sistemas de suspensão e suas partes (incluídos os amortecedores de suspensão)	18
8708.9	-Outras partes e acessórios:	
8708.91.00	--Radiadores e suas partes	18
8708.92.00	--Silenciosos e tubos de escape; suas partes	18
8708.93.00	--Embreagens e suas partes	18
8708.94	--Volantes, barras e caixas, de direção; suas partes	
8708.94.1	Volantes, barras e caixas, de direção dos veículos das sub-posições 8701.10, 8701.30, 8701.90 ou 8704.10	
8708.94.11	Volantes	14BK
8708.94.12	Barras	14BK
8708.94.13	Caixas	14BK
8708.94.8	Outros	
8708.94.81	Volantes	18
8708.94.82	Barras	18
8708.94.83	Caixas	18
8708.94.90	Partes	18
8708.95	--Bolsas infláveis de segurança com sistema de insuflação ("airbags"); suas partes	
8708.95.10	Bolsas infláveis de segurança com sistema de insuflação ("airbags")	18
8708.95.2	Partes	
8708.95.21	Bolsas infláveis para "airbags"	2

8708.95.22	Sistema de insuflação	2
8708.95.29	Outras	18
8708.99	--Outros	
8708.99.10	Dispositivos para comando de acelerador, freio, embreagem, direção ou caixa de marchas mesmo os de adaptação dos preexistentes, do tipo dos utilizados por pessoas incapacitadas	0
8708.99.90	Outros	18
87.09	Veículos automóveis sem dispositivo de elevação, dos tipos utilizados em fábricas, armazéns, portos ou aeroportos, para transporte de mercadorias a curtas distâncias; car-ros-tratores dos tipos utilizados nas estações ferroviárias; suas partes.	
8709.1	-Veículos:	
8709.11.00	--Elétricos	14BK
8709.19.00	--Outros	14BK
8709.90.00	-Partes	14BK
8710.00.00	Veículos e carros blindados de combate, armados ou não, e suas partes.	0
87.11	Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais.	
8711.10.00	-Com motor de pistão alternativo de cilindrada não superior a 50cm ³	20
8711.20	-Com motor de pistão alternativo de cilindrada superior a 50cm ³ mas não superior a 250cm ³	
8711.20.10	Motocicletas de cilindrada inferior ou igual a 125cm ³	20
8711.20.20	Motocicleta de cilindrada superior a 125cm ³	20
8711.20.90	Outros	20
8711.30.00	-Com motor de pistão alternativo de cilindrada superior a 250cm ³ mas não superior a 500cm ³	20

8711.40.00	-Com motor de pistão alternativo de cilindrada superior a 500cm ³ mas não superior a 800cm ³	20
8711.50.00	-Com motor de pistão alternativo de cilindrada superior a 800cm ³	20
8711.90.00	-Outros	20
8712.00	Bicicletas e outros ciclos (incluídos os triciclos), sem motor.	
8712.00.10	Bicicletas	20
8712.00.90	Outros	20
87.13	Cadeiras de rodas e outros veículos para inválidos, mesmo com motor ou outro mecanismo de propulsão.	
8713.10.00	-Sem mecanismo de propulsão	12
8713.90.00	-Outros	2
87.14	Partes e acessórios dos veículos das posições 87.11 a 87.13.	
8714.1	-De motocicletas (incluídos os ciclomotores):	
8714.11.00	--Selins	16
8714.19.00	--Outros	16
8714.20.00	-De cadeiras de rodas ou de outros veículos para inválidos	10
8714.9	-Outros:	
8714.91.00	--Quadros e garfos, e suas partes	16
8714.92.00	--Aros e raios	16
8714.93	--Cubos, exceto de freios, e pinhões de rodas livres	
8714.93.10	Cubos, exceto de freios	16
8714.93.20	Pinhões de rodas livres	16
8714.94	--Freios, incluídos os cubos de freios, e suas partes	

8714.94.10	Cubos de freios	16
8714.94.90	Outros	16
8714.95.00	--Selins	16
8714.96.00	--Pedais e pedaleiros, e suas partes	16
8714.99	--Outros	
8714.99.10	Câmbio de velocidades	16
8714.99.90	Outros	16
8715.00.00	Carrinhos e veículos semelhantes para transporte de crianças, e suas partes.	20
87.16	Reboques e semi-reboques, para quaisquer veículos; ou-tros veículos não autopropulsados; suas partes.	
8716.10.00	-Reboques e semi-reboques, para habitação ou para acampar, do tipo "trailer"	20
8716.20.00	-Reboques e semi-reboques, autocarregáveis ou autodescarregáveis, para usos agrícolas	14BK
8716.3	-Outros reboques e semi-reboques, para transporte de mercadorias:	
8716.31.00	--Cisternas	35
8716.39.00	--Outros	35
8716.40.00	-Outros reboques e semi-reboques	35
8716.80.00	-Outros veículos	35
8716.90	-Partes	
8716.90.10	Chassis de reboques e semi-reboques	16
8716.90.90	Outras	16

CAPÍTULO 88
Aeronaves e Aparelhos Espaciais, e suas Partes

SEÇÃO XIX
Armas, Munições, e suas Partes e Acessórios

CAPÍTULO 93
Armas e Munições; suas Partes e Acessórios

Notas.

1.- O presente Capítulo não compreende:

a) os fulminantes e cápsulas fulminantes, os detonadores, os foguetes de iluminação ou contra o granizo e outros artigos do Capítulo 36;

b) as partes e acessórios de uso geral, na acepção da Nota 2 da Seção XV, de metais comuns (Seção XV), e os artefatos semelhantes de plásticos (Capítulo 39);

c) os carros de combate e automóveis blindados (posição 87.10);

d) as miras telescópicas e outros dispositivos ópticos, salvo quando montados nas armas ou, quando não montados, que se apresentem com as armas a que se destinem (Capítulo 90);

e) as bestas, arcos e flechas para tiro, as armas embotadas para esgrima e as armas com características de brinquedos (Capítulo 95);

f) as armas e munições com características de objetos de coleção ou de antiguidades (posições 97.05 ou 97.06).

2.- Na acepção da posição 93.06, o termo partes não compreende os aparelhos de rádio ou de radar, da posição 85.26.

NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II (%)
93.01	Armas de guerra, exceto revólveres, pistolas e armas brancas.	
9301.1	-Peças de artilharia (por exemplo, canhões, obuses e morteiros):	
9301.11.00	--Autopropulsadas	20
9301.19.00	--Outras	20
9301.20.00	-Lança foguetes; lança-chamas; lança-granadas; tubos lança-torpedos e lançadores similares	20
9301.90.00	-Outras	20
9302.00.00	Revólveres e pistolas, exceto os das posições 93.03 ou 93.04.	20

93.03	Outras armas de fogo e aparelhos semelhantes que utilizem a deflagração da pólvora (por exemplo, espingardas e carabinas, de caça, armas de fogo carregáveis exclusivamente pela boca, pistolas lança-foguetes e outros aparelhos concebidos apenas para lançar foguetes de sinalização, pistolas e revólveres para tiro de festim, pistolas de êmbolo cativo para abater animais, canhões lançaamarras).	
9303.10.00	-Armas de fogo carregáveis exclusivamente pela boca	20
9303.20.00	-Outras espingardas e carabinas, de caça ou de tiro-ao-alvo, com pelo menos um cano liso	20
9303.30.00	-Outras espingardas e carabinas, de caça ou de tiro-ao-alvo	20
9303.90.00	-Outros	20
9304.00.00	Outras armas (por exemplo, espingardas, carabinas e pistolas, de mola, de ar comprimido ou de gás, cassetetes), exceto as da posição 93.07.	20
93.05	Partes e acessórios dos artigos das posições 93.01 a 93.04.	
9305.10.00	-De revólveres ou pistolas	20
9305.2	-De espingardas ou carabinas da posição 93.03:	
9305.21.00	--Canos lisos	20
9305.29.00	--Outros	20
9305.9	-Outros:	
9305.91.00	--De armas de guerra da posição 93.01	20
9305.99.00	--Outros	20
93.06	Bombas, granadas, torpedos, minas, mísseis, cartuchos e outras munições e projéteis, e suas partes, incluídos os zagalotes, chumbos de caça e buchas para cartuchos.	
9306.2	-Cartuchos e suas partes, para espingardas ou carabinas de cano liso; chumbos para carabinas de ar comprimido:	
9306.21.00	--Cartuchos	20
9306.29.00	--Outros	20

9306.30.00	-Outros cartuchos e suas partes	20
9306.90.00	-Outros	20
9307.00.00	Sabres, espadas, baionetas, lanças e outras armas brancas, suas partes e bainhas.	20

SEÇÃO XX
Mercadorias e Produtos Diversos

CAPÍTULO 94

Móveis; Mobiliário Médico-Cirúrgico; Colchões, Almofadas e Semelhantes; Aparelhos de Iluminação Não Especificados nem Compreendidos em Outros Capítulos; Anúncios, Cartazes ou Tabuletas e Placas Indicadoras, Luminosos e Artigos Semelhantes; Construções Pré-Fabricadas

RESOLUÇÃO Nº 94, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

Altera a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum - TEC, a Lista de Exceções à TEC e a Lista de Exceções de Bens de Informática e Telecomunicações - BIT para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2012).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no exercício da atribuição que lhe confere o § 3o do art. 5o do Decreto no 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no disposto nos incisos XIV e XIX do art. 2o do mesmo diploma legal,

CONSIDERANDO o disposto nas Decisões nos 33/10, 56/10, 57/10 e 58/10 do Conselho do Mercado Comum – CMC e as Resoluções nos 05/11, 13/11, 17/11 e 32/11, do Grupo Mercado Comum – GMC, do MERCOSUL; as emendas à Nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias; e o Decreto nº 6.500, de 02 de julho de 2008,

RESOLVE, ad referendum do Conselho:

Art. 1º A Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e as alíquotas do Imposto de Importação que compõem a Tarifa Externa Comum - TEC passam a vigorar na forma do Anexo I a esta Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2012, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução desta Câmara de nº 43, de 22 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores, à exceção daquelas a que se referem os arts. 3º, 4º e 5º da presente Resolução.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

Presidente do Conselho

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA.

I – RELATÓRIO

A proposição em apreço tem o objetivo de criar uma Área de Livre Comércio no município de Pacaraima, no Estado de Roraima. O autor pretende, como se lê no parágrafo único do art. 1º, que o regime fiscal especial instituído pela Lei – que eventualmente resultará da presente proposição – será aplicável, exclusivamente, à área de livre comércio a que se refere o caput do mesmo art. 1º. Já com o art. 2º a pretensão é que a área de livre comércio proposta ocupe a superfície territorial do referido município.

Na sequência, o art. 3º tem o objetivo de determinar que as mercadorias, nacionais ou estrangeiras, enviadas à área de livre comércio objeto do projeto de lei em tela serão, obrigatoriamente, destinadas às empresas autorizadas a nela operar.

O art. 4º propõe a suspensão dos impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados para os produtos que entrarem na área de livre comércio de Pacaraima, suspensão esta que será convertida em isenção sempre que os produtos forem destinados ao consumo e venda interna em Pacaraima; beneficiamento, no território do município, de pescado, couro, leite e matérias de origem agrícola ou florestal; agropecuária e piscicultura; instalação de serviços de qualquer natureza; estocagem para comercialização no mercado externo e, ainda, industrialização de produtos no território municipal.

O § 1º do art. 4º propõe ainda que a suspensão de impostos mencionada no *caput* será transformada em isenção também nos casos em que deixarem a área de livre comércio a ser criada como bagagem acompanhada de viajantes, observados os limites fixados pelo Poder Executivo, por intermédio da Receita Federal do Brasil; remessas postais para o restante do País, nas condições fixadas pelo Decreto-Lei nº 1.804, de 2 de setembro de 1980, modificado pela Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991.

Já o § 2º prevê que as mercadorias estrangeiras que saírem da área de livre comércio em tela para o restante do País estarão sujeitas à tributação no momento da sua internação, exceto nos casos previstos no § 1º do

mesmo artigo. O art. seguinte propõe que a saída de mercadoria estrangeira da área de livre comércio em questão, para o restante do País, seja considerada, para efeitos fiscais e administrativos, como importação normal.

O art. 6º tem o objetivo de propor a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para os produtos nacionais ou nacionalizados que entrarem na área em tela, quando destinados às finalidades mencionadas no *caput* do art. 4º. Com seu parágrafo único busca-se assegurar a manutenção e a utilização dos créditos dos Impostos sobre Produtos Industrializados relativos às matérias primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos produtos entrados na mesma área de livre comércio.

No art. 7º há previsão de exclusão dos benefícios fiscais de que tratam os arts. 4º e 6º, para os produtos que menciona, devidamente identificados na Nomenclatura Comum do Mercosul: armas e munições; veículos de passageiros, bebidas alcoólicas, produtos de perfumaria e de toucador, e ainda fumo e derivados.

Há, no art. 8º, a previsão de que o Poder Executivo regulamentará a aplicação dos regimes aduaneiros especiais para as mercadorias estrangeiras destinadas à área de livre comércio proposta pelo projeto de lei em debate, assim como para as mercadorias dela procedentes.

O art. 9º propõe delegar ao Banco Central do Brasil a responsabilidade pela normatização dos procedimentos cambiais aplicáveis às operações da área, visando a favorecer seu comércio externo.

Com o art. 10 o autor propõe que caberá ao Poder Executivo, anualmente e no mesmo ato em que o fizer para as demais áreas de livre comércio, definir o limite global para as importações da área de livre comércio de Pacaraima.

Nos arts. seguintes, o autor propõe as maneiras como a área de livre comércio em tela será administrada. Assim, o *caput* do art. 11 prevê que ela será administrada por um Conselho de Administração, que deverá promover e coordenar sua implantação, e que será composto por dois representantes do Governo Federal, um dos quais deverá ser especialista em controle e vigilância aduaneira, um representante do Governo Estadual e um do Município. A proposição em tela busca definir, ainda, que nos dois primeiros anos, no máximo, o Conselho de Administração será presidido pelo representante Governo Federal e, a partir de então, pelo do Governo Estadual.

A responsabilidade pela vigilância e repressão ao contrabando e ao descaminho caberá à Receita Federal do Brasil, sem prejuízo da competência do Departamento de Polícia Federal; assim reza o art. 12, cujo parágrafo único tem o objetivo de determinar que o Poder Executivo deverá assegurar os recursos materiais e humanos necessários aos serviços de fiscalização e controle aduaneiro da área de livre comércio em tela.

O art. 13 tem o propósito de definir a duração das isenções e benefícios instituídos: vinte e cinco anos. O art. seguinte, por sua vez, refere-se ao inciso II do art. 5º e ao art. 17 da Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, e diz que caberá ao Poder Executivo, em atendimento ao que determinam tais dispositivos legais, estimar o montante da renúncia fiscal decorrente da lei em que o projeto de lei em análise poderá vir a se transformar, e incluirá tal estimativa no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal.

O art. 15 e último diz que a Lei – que pode resultar da proposição em apreço – deverá entrar em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que for implantado o disposto no art. 4º da proposição sob análise.

A matéria aqui relatada foi distribuída às Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania; às três primeiras cabe analisar a proposição no mérito, e à última apreciá-lo nos termos do art. 54 do RICD, sendo que a Comissão de Finanças e Tributação deverá se manifestar, também, nos termos do mesmo art. 54 do RICD. Trata-se de proposição que tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta do nobre Deputado Raul Lima tem o objetivo de promover o desenvolvimento da região norte do estado de Roraima, mediante a criação da área de Livre Comércio de Pacaraima. Arrisco dizer, caros colegas, que os efeitos da aprovação desta proposição serão ainda mais amplos, contribuindo significativamente para desenvolver, também, a região amazônica ao norte do rio que lhe dá nome.

A região norte de Roraima ainda permanece relativamente isolada, quase à margem do desenvolvimento econômico que beneficia outras regiões do País. Isso, aparentemente, em decorrência de deliberada ação do Governo Federal, como mostrarei a seguir. Aprovar o presente projeto de lei é contribuir para levar, à região em torno de Pacaraima, benefícios pelos quais sua população luta há mais de um século.

Cumprе registrar que o presente projeto de lei tem um aspecto, no mínimo, curioso: trata-se de uma proposição que pretende criar aquilo que já foi criado; isso mesmo, pretende criar aquilo que já foi criado! Apesar do aparente desatino, trata-se de matéria a mais alta relevância. Explico melhor: a Área de Livre Comércio de Pacaraima foi criada pela Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991.

Indago, então: qual a razão de se propor a criação de algo que já foi criado? Qual a razão de dizer que está correta tal iniciativa, aparentemente desprovida de sentido?

Simplem, nobres colegas deputados e deputadas: é que, com a Lei nº 11.732, de 2008 – que por sua vez é a Lei de Conversão da Medida Provisória nº 418, de 2008 –, foram extintos os benefícios que haviam sido concedidos à Pacaraima, transferidos que foram para Boa Vista. Ora, como entender tal ação?

Claramente, não se trata de preocupação com o desenvolvimento do estado de Roraima; muito pelo contrário. Caso houvesse essa preocupação, ou com a melhoria das condições de vida da população roraimense, então o governo federal teria deixado existir a Área de Livre Comércio de Pacaraima, para que o norte do estado se beneficiasse, e deixaríamos que Boa Vista e Bonfim fossem alavancadas pelo que lá já ocorre, vale dizer, pela presença, naqueles locais, dos órgãos de estado, com seus efeitos benéficos sobre a economia regional.

Se assim é, podemos concluir – e há inúmeras razões que são do conhecimento daqueles que vivem e labutam naquela terra – que o verdadeiro objetivo do cancelamento da Área de Livre Comércio de Pacaraima foi político, e político em seu pior sentido, pois visava a tornar cada vez mais desprotegida a nossa fronteira norte. Certamente, nobres colegas, são inconfessáveis os interesses que prevaleceram, quando da edição daquela Medida Provisória que o Congresso Nacional, premido pelas forças opressoras do Poder Executivo, não teve como rejeitar!.

Cabe notar ainda que a importância estratégica de Pacaraima para o Brasil pode ser aferida por sua condição de único passo seco, de Tabatinga ao Oiapoque, que liga o nosso País ao extremo Norte da América do Sul. Apesar dessa condição estratégica de extrema relevância, o apoio ao povo de Pacaraima, por parte das três esferas de Governo é de uma pobreza atroz, desde energia oscilante, sistema de abastecimento de água precário e combustível somente obtível no lado venezuelano da fronteira. Interessa assinalar que o município confrontante, Santa Elena do Uiarén, é uma área de livre comércio, sendo a proposta de recriar a do lado brasileiro, muito bem vista pelo País vizinho, como um passo adiante na integração proposta pelo Mercosul.

Como disse, os interesses que predominaram são inconfessáveis. Podemos, no entanto, imaginar quais sejam, pois vivemos naquela região cujo sonho de desenvolvimento foi exterminado pelas alterações mencionadas. A quem interessa, senhoras e senhores deputados, que a região fronteira brasileira permaneça isolada e atrasada, sem perspectivas de desenvolvimento? A região de Pacaraima é o local, no Brasil, mais próximo do Caribe e da América Central. Um contato maior com essas regiões permitiria fazer crescer nossa produção, abrir empregos para os nossos jovens e, enfim, fazer brotar as potencialidades locais. No entanto, a esperança dos seus habitantes acabou-se, com a transferência para Boa Vista da área de livre comércio criada anteriormente. (BR 174 única via de integração do Brasil com o hemisfério Norte).

Sem perspectiva de desenvolvimento pelas vias normais e formais, a população se vê sem saída e abandona a área, desiste. Ficam abertas, dessa forma, as portas para aqueles que exploram atividades ilícitas e, principalmente, ficam desprotegidas as nossas fronteiras.

Sim, pois não é o exército ou as forças armadas que protegem nossas regiões mais extremas, geograficamente. Claro, a contribuição das nossas forças armadas é extraordinária e indispensável, mas é a presença de uma população de brasileiros prósperos que dará, em última instância, a garantia do nosso território. Sem desenvolvimento na região não será possível a sua defesa, nem muito menos a sua efetiva integração ao território e à vida nacional. São essas as razões, senhoras e senhores deputados, que levaram o Governo Federal a adotar aquela Medida Provisória nº 418, de 2008. É vergonhoso, para dizer o mínimo, que a Presidência da República tenha se curvado àqueles interesses, e o mesmo se pode dizer sobre o Congresso Nacional, ao acatar tal medida e transformá-la em Lei.

Por essa razão é justo e, mais do que isso, é urgente que se aprove a criação – poderíamos melhor dizer a recriação - daquela área de livre comércio no extremo norte do Brasil, em Pacaraima. Melhor ainda, nobres colegas, deveríamos falar na correção da gritante injustiça causada pela transferência da Área de Livre Comércio de Pacaraima para Boa Vista e, assim, reverter a situação!

Lá, onde nosso País faz fronteira com a Venezuela, é que serão maiores os benefícios de uma área de livre comércio com as características aduaneiras mencionadas. Lá, como já exposto na justificção e no voto que levaram à aprovação da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, é que se encontram as razões, ainda hoje válidas, para a criação da Área de Livre Comércio de Pacaraima. É lá, como já dissemos, que devem ser estabelecidas condições para a prosperidade de brasileiros, para que a nossa Pátria seja, de fato, não só grande e acolhedora, mas que tenha suas fronteiras devidamente protegidas! Afinal, a felicidade de seus habitantes é poder defensivo muito maior que as armas de seus militares!

Assim, conclamamos os nobres deputados e deputadas – e desde já nos dirigimos também aos nobres senadores, para que nos acompanhem quando o presente projeto de lei for apreciado pelo Senado Federal – para que votem favoravelmente à presente proposição. Além de se promover o desenvolvimento daquela região estratégica para o nosso Brasil, vossas excelências estarão, também, corrigindo uma terrível injustiça perpetrada contra o povo de Pacaraima e, também, contra todo o povo brasileiro, em razão da fragilização da nossa área de fronteira.

Pelas razões expostas, **VOTAMOS PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 5.494, DE 2013.**

Sala da Comissão, em 29 de Novembro de 2013.

Deputado PAULO CESAR QUARTIEIRO

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 5.494/2013, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Paulo Cesar Quartiero.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jerônimo Goergen, Presidente; Carlos Magno, Vice-Presidente; Anselmo de Jesus, Asdrubal Bentes, Lúcio Vale, Marinha Raupp, Miriquinho Batista, Nilson Leitão, Paulo Cesar Quartiero, Raul Lima, Weverton Rocha, Zé Geraldo, Giovanni Queiroz.

Sala da Comissão, em 4 de dezembro de 2013.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN
Presidente

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

I - RELATÓRIO

A proposição em apreço tem o objetivo de criar uma Área de Livre Comércio no município de Pacaraima, no Estado de Roraima. O autor pretende, como se lê no parágrafo único do art. 1º, que o regime fiscal especial instituído pela Lei que eventualmente resultará da presente proposição será aplicável, exclusivamente, à área de livre comércio a que se refere o *caput* do mesmo art. 1º. Já com o art. 2º, a pretensão é que a área de livre comércio proposta ocupe a superfície territorial do referido município.

Na sequência, o art. 3º tem o objetivo de determinar que as mercadorias, nacionais ou estrangeiras, enviadas à área de livre comércio objeto do projeto de lei em tela serão, obrigatoriamente, destinadas às empresas autorizadas a nela operar.

O art. 4º propõe a suspensão dos impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados para os produtos que entrarem na área de livre comércio de Pacaraima, suspensão esta que será convertida em isenção sempre que os produtos forem destinados ao consumo e venda interna em Pacaraima; beneficiamento, no território do município, de pescado, couro, leite e matérias de

origem agrícola ou florestal; agropecuária e piscicultura; instalação de serviços de qualquer natureza; estocagem para comercialização no mercado externo e, ainda, industrialização de produtos no território municipal.

O § 1º do art. 4º propõe ainda que a suspensão de impostos mencionada no *caput* será transformada em isenção também nos casos em que deixarem a área de livre comércio a ser criada como bagagem acompanhada de viajantes, observados os limites fixados pelo Poder Executivo, por intermédio da Receita Federal do Brasil; e de remessas postais para o restante do País, nas condições fixadas pelo Decreto-Lei nº 1.804, de 2 de setembro de 1980, modificado pela Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991. Já o § 2º prevê que as mercadorias estrangeiras que saírem da área de livre comércio em tela para o restante do País estarão sujeitas à tributação no momento da sua internação, exceto nos casos previstos no § 1º do mesmo artigo.

O artigo seguinte propõe que a saída de mercadoria estrangeira da área de livre comércio em questão para o restante do País seja considerada, para efeitos fiscais e administrativos, como importação normal. O art. 6º tem o objetivo de propor a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para os produtos nacionais ou nacionalizados que entrarem na área em tela, quando destinados às finalidades mencionadas no *caput* do art. 4º. Com seu parágrafo único, busca-se assegurar a manutenção e a utilização dos créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados relativo às matérias primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos produtos entrados na mesma área de livre comércio.

No art. 7º, há previsão de exclusão dos benefícios fiscais de que tratam os arts. 4º e 6º, para os produtos que menciona, devidamente identificados na Nomenclatura Comum do Mercosul: armas e munições; veículos de passageiros, bebidas alcoólicas, produtos de perfumaria e de toucador, e ainda fumo e derivados.

Há, no art. 8º, a previsão de que o Poder Executivo regulamentará a aplicação dos regimes aduaneiros especiais para as mercadorias estrangeiras destinadas à área de livre comércio proposta pelo projeto de lei em debate, assim como para as mercadorias dela procedentes. O art. 9º propõe delegar ao Banco Central do Brasil a responsabilidade pela normatização dos procedimentos cambiais aplicáveis às operações da área, visando a favorecer seu comércio externo. Com o art. 10, o autor propõe que caberá ao Poder Executivo, anualmente e no mesmo ato em que o fizer para as demais áreas de livre comércio, definir o limite global para as importações da área de livre comércio de Pacaraima.

Nos artigos seguintes, o autor propõe as maneiras como a área de livre comércio em tela será administrada. Assim, o *caput* do art. 11 prevê que ela será administrada por um Conselho de Administração, que deverá promover e coordenar sua implantação, e que será composto por dois representantes do Governo Federal, um dos quais deverá ser especialista em controle e vigilância aduaneira, um representante do Governo Estadual e um do Município. A proposição em tela busca definir, ainda, que nos dois primeiros anos, no máximo, o Conselho de Administração será presidido pelo representante do Governo Federal e, a partir de então, pelo do Governo Estadual.

A responsabilidade pela vigilância e repressão ao contrabando e ao descaminho caberá à Receita Federal do Brasil, sem prejuízo da competência do Departamento de Polícia Federal; assim reza o art. 12, cujo parágrafo único tem o objetivo de determinar que o Poder Executivo deverá assegurar os recursos materiais e humanos necessários aos serviços de fiscalização e controle aduaneiro da área de livre comércio em tela.

O art. 13 tem o propósito de definir a duração das isenções e benefícios instituídos: vinte e cinco anos. O artigo seguinte, por sua vez, refere-se ao inciso II do art. 5º e ao art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e diz que caberá ao Poder Executivo, em atendimento ao que determinam tais dispositivos legais, estimar o montante da renúncia fiscal decorrente da lei em que o projeto de lei em análise poderá vir a se transformar, e incluirá tal estimativa no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal.

O art. 15 e último diz que a Lei que pode resultar da proposição em apreço deverá entrar em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que for implantado o disposto no art. 4º da proposição sob análise.

O projeto em pauta foi distribuído em 22/05/13, pela ordem, às Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação, inclusive para exame de mérito, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, em regime de tramitação ordinária. Procedeu-se ao encaminhamento da matéria ao primeiro dos Colegiados em 28/05/13, o qual, na reunião de 04/12/13, aprovou por unanimidade o parecer do ilustre Relator, Deputado Paulo Cesar Quartiero, favorável ao projeto. Encaminhada a matéria ao nosso Colegiado em 11/12/13, foi inicialmente designada Relatora a insigne Deputada Perpétua Almeida. Posteriormente, em 27/03/14, a Relatoria coube à augusta Deputada Rebecca Garcia. Por fim, em 08/04/14, recebemos a honrosa missão de relatar a proposição. Não se lhe apresentaram emendas até o final do prazo regimental para tanto destinado, em 11/02/14.

Cabe-nos, agora, nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta do nobre Deputado Raul Lima tem o objetivo de promover o desenvolvimento da região norte do estado de Roraima, mediante a criação da área de Livre Comércio de Pacaraima. Arrisco dizer, caros colegas, que os efeitos da aprovação desta proposição serão ainda mais amplos, contribuindo significativamente para desenvolver, também, a região amazônica ao norte do rio que lhe dá nome.

A região norte de Roraima ainda permanece relativamente isolada, quase à margem do desenvolvimento econômico que beneficia outras regiões do País. Aprovar o presente projeto de lei é contribuir para levar à região em torno de Pacaraima benefícios pelos quais sua população luta há mais de um século.

Cumprir registrar que o presente projeto de lei tem um aspecto, no mínimo, curioso: trata-se de uma proposição que pretende criar aquilo que já foi criado; isso mesmo pretende criar aquilo que já foi criado! Apesar do aparente desatino, trata-se de matéria da mais alta relevância. Explico melhor: a Área de Livre Comércio de Pacaraima foi criada pela Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991. Indago, então: qual a razão de se propor a criação de algo que já foi criado? Qual a razão de dizer que está correta tal iniciativa, aparentemente desprovida de sentido?

Simple, nobres colegas Deputados e Deputadas: é que, com a Lei nº 11.732, de 2008 – que, por sua vez, é a Lei de Conversão da Medida Provisória nº 418, de 2008 –, foram extintos os benefícios que haviam sido concedidos a Pacaraima, transferidos que foram para Boa Vista. A nosso ver, tratou-se de decisão nociva para as condições de vida da população do norte roraimense. Melhor seria se o governo federal tivesse deixado existir a Área de Livre Comércio de Pacaraima, para que o norte do estado se beneficiasse, e permitisse que Boa Vista e Bonfim fossem alavancadas pelo que lá já ocorre, vale dizer, pela presença, naqueles locais, dos órgãos de estado, com seus efeitos benéficos sobre a economia regional.

Em nossa opinião, a recriação da ALC de Pacaraima permitirá que aquele trecho da região fronteira brasileira rompa o ciclo de isolamento e de atraso, sem perspectivas de desenvolvimento, em que se encontra hoje. De fato, a região de Pacaraima é o local, no Brasil, mais próximo do Caribe e da América Central. Assim, um contato maior com essas regiões faria crescer nossa produção, abria empregos para os nossos jovens e, enfim, permitiria brotar as potencialidades locais. Sem perspectiva de desenvolvimento pelas vias normais e formais, no entanto, a população se vê sem saída e abandona a área, desiste. Ficam abertas, dessa forma, as portas para aqueles que exploram atividades ilícitas e, principalmente, ficam desprotegidas as nossas fronteiras.

Sim, pois as Forças Armadas não são capazes, de, por si sós, proteger nossas regiões mais extremas, geograficamente. Claro, a contribuição delas é extraordinária e indispensável, mas é a presença de uma população de brasileiros prósperos que dará, em última instância, a garantia do nosso território. Sem desenvolvimento na região, não será possível a sua defesa, nem muito menos a sua efetiva integração ao território e à vida nacional.

Por essa razão é justo e, mais do que isso, é urgente que se aprove a criação – poderíamos melhor dizer a recriação – daquela área de livre comércio no extremo norte do Brasil, em Pacaraima. Melhor ainda, nobres colegas, deveríamos falar na correção da gritante injustiça causada pela transferência da Área de Livre Comércio de Pacaraima para Boa Vista e, assim, reverter a situação!

Lá, onde nosso País faz fronteira com a Venezuela, é que serão maiores os benefícios de uma área de livre comércio com as características aduaneiras mencionadas. Lá, como já exposto na justificação e no voto que levaram

à aprovação da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, é que se encontram as razões, ainda hoje válidas, para a criação da Área de Livre Comércio de Pacaraima. É lá, como já dissemos que devem ser estabelecidas condições para a prosperidade de brasileiros, para que a nossa Pátria seja, de fato, não só grande e acolhedora, mas que tenha suas fronteiras devidamente protegidas! Afinal, a felicidade de seus habitantes é poder defensivo muito maior que as armas de seus militares!

Assim, conclamamos os nobres Deputados e Deputadas – e, desde já, nos dirigimos também aos nobres Senadores, para que nos acompanhem quando o presente projeto de lei for apreciado pelo Senado Federal – para que votem favoravelmente à presente proposição. Além de se promover o desenvolvimento daquela região estratégica para o nosso Brasil, Vossas Excelências estarão, também, corrigindo uma terrível injustiça perpetrada contra o povo de Pacaraima e, também, contra todo o povo brasileiro, em razão da fragilização da nossa área de fronteira.

Pelas razões expostas,

Votamos pela **aprovação do Projeto de Lei nº 5.494, de 2013.**

É o voto, salvo melhor juízo.

Sala da Comissão, em 28 de maio de 2014.

Deputado HENRIQUE OLIVEIRA
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 5.494/2013, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Henrique Oliveira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Augusto Coutinho - Presidente, Sebastião Bala Rocha - Vice-Presidente, Antonio Balhmann, Devanir Ribeiro, Edson Pimenta, Henrique Oliveira, Jânio Natal, João Maia, Rebecca Garcia, Renato Molling, Valdivino de Oliveira, Guilherme Campos, Marco Tebaldi e Otavio Leite.

Sala da Comissão, em 28 de maio de 2014.

Deputado AUGUSTO COUTINHO
Presidente

FIM DO DOCUMENTO